

## REVISTA ESCOLA SECUNDÁRIA E A DISSEMINAÇÃO DE IDÉIAS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA

PIETROPAOLO, Ruy César – UNIBAN

OLIVEIRA, Maria Cristina Araujo de – UNIBAN

GT-19: Educação Matemática

### Introdução

Este estudo apresenta uma análise do conteúdo de artigos sobre Matemática<sup>1</sup>, publicados no período de 1957 a 1963, na Revista Escola Secundária<sup>2</sup>, de modo a indicar um panorama das recomendações teóricas e práticas, enfatizadas e defendidas nesses textos, sobre os processos de ensino e de aprendizagem de noções, conceitos e procedimentos relativos a essas disciplinas.

Nosso objetivo foi identificar conhecimentos matemáticos e pedagógicos que se destacaram no processo de profissionalização docente segundo a perspectiva da *apropriação* (Certeau 1994, Chartier 1991 e Carvalho 2006) da legislação educacional e do contexto sócio-econômico brasileiro na década de 50, pelos diferentes autores dos artigos analisados.

Partimos do pressuposto, também admitido por Fernandes, Xavier e Carvalho (2006, p. 45), de que a imprensa pedagógica, sendo o resultado de estratégias editoriais direcionadas à classe de professores, desempenha um papel significativo na disseminação de idéias e conhecimentos entendidos como necessários e fundamentais para a atuação docente. Segundo Fernandes et al (2006), jornais e revistas destinados a professores são percebidos como instâncias que exercem uma função importante na circulação e na produção de saberes – teorias, modelos, práticas, experiências, entre outros.

Nossa investigação se apóia na noção de *apropriação* defendida por Chartier (1991), que enfatiza a pluralidade de interpretações, de usos e a liberdade criadora dos sujeitos em contato com textos, leis e normas. Para Chartier a “apropriação

---

<sup>1</sup> A Revista Escola Secundária encontra-se, quase que em sua totalidade, na biblioteca Nadir Kfourri da PUC-SP. Os artigos de matemática e desenho foram, inicialmente, reunidos e catalogados em um volume a partir de fotocópias pela bolsista de iniciação científica PIBIQ- CEPE da PUC-SP, Renata Vieira de Oliveira. Um dos produtos desse projeto de iniciação foi a digitalização e a elaboração de um CD rom com os artigos de Matemática.

<sup>2</sup> A Revista Escola Secundária circulou, em território nacional, durante o mesmo período em que realizamos nossa análise, de 1957 a 1963.

visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (p.180).

No caso da Revista, analisaremos as apropriações feitas pelos diferentes autores, a partir da legislação em vigor, considerando que esses autores tinham o papel de divulgar, não só a legislação, mas também modelos pedagógicos e conhecimentos considerados necessários para a atuação docente.

Utilizando-nos dos conceitos de estratégia e tática do historiador Michel de Certeau (1994), que, dito de forma sintética, estabelece diferenciação entre as práticas relacionadas a um lugar de poder: uma posição de uso no caso das estratégias e as práticas relacionadas ou submetidas à práticas de poder, no caso das táticas. Dessa forma, a legislação vigente se situa no campo das estratégias (Certeau 1994) e a Revista, nessa perspectiva de análise, no campo das táticas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, compartilhamos das idéias de Carvalho, considerando que a *apropriação* “supõe sempre a referência a uma situação particular em que agentes dotados de competências específicas produzem um novo objeto, segundo procedimentos técnicos e regras de uma finalidade condicionada por uma posição” (Carvalho 2006, p.144).

### **A Revista Escola Secundária**

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES –, ação governamental desenvolvida pelo Ministério da Educação e Cultura no período de 1953 a 1971, tinha como metas a expansão do Ensino Secundário em todo o Brasil e a melhoria da qualidade desse ensino, tendo em vista o caráter altamente livresco, abstrato e elitista que marcava os processos de ensino e aprendizagem nas escolas. Assim, uma das finalidades da Campanha era ampliar e elevar o nível do ensino secundário, *“tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e necessidades da época, conferindo ao ensino eficácia e sentido social, bem como criar possibilidades para que os mais jovens tivessem acesso à escola secundária”* (Baraldi 2003, p.146).

Uma das ações da CADES – a partir de 1956 – foi a oferta de cursos intensivos de preparação para exames que conferiam aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e o direito de lecionar onde não houvesse disponibilidade de licenciados por faculdades de Filosofia. Esta ação foi justificada pelo

fato de que nos anos cinquenta houve uma grande expansão da rede de estabelecimentos de ensino secundário e, conseqüentemente, o aumento do número de matrículas, ao passo que o número de professores capacitados não cresceu na mesma proporção.

Além de cursos para professores do ensino secundário, a CADES também realizou jornadas para os diretores, simpósios de orientação educacional, encontros de inspetores do ensino secundário e cursos para secretários de estabelecimentos de ensino.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela CADES está também a publicação da Revista Escola Secundária (de 1957 a 1963), cuja finalidade era a de orientar os professores nos aspectos curriculares, legais e didáticos. Na primeira edição da Revista, o artigo inicial apresenta o panorama do ensino secundário brasileiro da época e afirma que o intuito da criação da revista era “servir de veículo de intercâmbio entre o professorado brasileiro, na troca de idéias, sugestões e experiências, favorecendo a formação de uma nova mentalidade, mais progressista, mais propícia à observação objetiva, à experimentação renovadora e à revisão crítica dos postulados, finalidades, currículos e métodos em que se baseia toda a atuação de nosso magistério” (Revista Escola Secundária nº 1, 1957, p.8).

Convém destacar que algumas seções dessa Revista, cuja publicação era trimestral, não tinham apenas a preocupação em discutir ou consolidar conhecimentos técnicos, advindos da Didática Geral, mas, sobretudo a de fornecer subsídios para a preparação de aulas mais atrativas, de forma a despertar o interesse dos alunos por determinados temas específicos de uma disciplina e promover, assim, um processo de ensino e aprendizagem mais eficiente. Todas as dezenove edições dessa revista abordavam temas relativos às diversas disciplinas ou áreas que compunham o currículo: línguas, matemática, desenho, história, geografia, física, química, ciências naturais, filosofia, trabalhos manuais, economia doméstica, etc. Ou seja, os artigos publicados versavam sobre técnicas e métodos de ensino, discutiam o uso adequado de materiais didáticos e apresentavam planejamentos para desenvolver conteúdos específicos, além de programas de disciplinas para algumas das séries. Todas as edições trazem, pelo menos, um artigo de Matemática e um de Desenho.

Uma das seções da Revista, sob o título de *Educandários Nacionais*, destinava-se a divulgar experiências inovadoras com o propósito de convencer, por

meio de exemplos, que a experimentação de novas propostas pedagógicas era possível e podia levar a escola e o professor a obter bons resultados.

Analisando a Revista Escola Secundária, Fernandes et al (2006) atribuem a ela a função de levar aos diferentes estados brasileiros, sobretudo aos interiores, os conhecimentos pedagógicos considerados adequados para o desenvolvimento do ensino secundário, bem como divulgar a legislação vigente sobre esse nível de ensino, incluindo comentários sobre sua pertinência e abrangência.

Ainda segundo Fernandes et al (2006) a Revista funcionou como veículo de legitimação das ações da Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (DESE-MEC), informando sobre os programas de qualificação docente do MEC, justificando sua realização e sugerindo a adesão dos professores e das escolas, tanto públicas quanto particulares, ao Programa das *Classes Secundárias Experimentais*. Por meio desse Programa, o Ministério da Educação estimulou a experimentação de novas propostas e modelos pedagógicos a serem testados e avaliados no ensino secundário.

Pode-se, em síntese, afirmar que a revista foi estruturada como uma instância formadora de professores, uma vez que a CADES surgiu em um contexto em que a grande maioria dos professores brasileiros desse segmento de ensino era autodidata: em 1957, apenas 16% dos professores em atuação eram licenciados pelas Faculdades de Filosofia.

### **A Geometria na Revista Escola Secundária**

Em relação à Matemática e seu ensino, em seus 19 números editados, a Revista Escola Secundária publicou 35 textos, entre artigos, relatórios e planos de ensino – todos elaborados por renomados<sup>3</sup> professores da época. Esses textos versam sobre os mais variados temas: análises de conteúdos matemáticos desenvolvidos nas escolas e de instrumentos de avaliação do desempenho dos alunos; ensino de aritmética e de geometria; ensino da geometria dedutiva; demonstrações em Matemática; ensino de sistemas lineares; aritmética e psicologia da aprendizagem; História da Matemática; uso de materiais e de laboratórios como métodos para ensinar Matemática; motivação dos

---

<sup>3</sup> Tais como : Júlio César de Mello e Sousa (Malba Than), Thales Mello Carvalho, Osvaldo Sangiorgi (ambos autores de livros didáticos), Eleonora Lôbo Ribeiro.

alunos; a Matemática e as Ciências Naturais; exemplos de estudo dirigido em Matemática; ensino de estatística.

Comparando o número de artigos que dizem respeito ao processo de ensino e aprendizagem dos diferentes blocos de conteúdo, publicados na Revista, verifica-se que cinco deles referem-se especificamente à Geometria ao passo que Álgebra, Aritmética e Estatística são contemplados com apenas um artigo de cada.

Numa primeira leitura dos textos, percebe-se a grande diversificação dos conteúdos veiculados e a não-existência de uma intenção que levasse a contemplar, sistematicamente, em cada número, artigos destinadas aos dois ciclos do ensino secundário (ginásio e científico ou clássico) – ora privilegiava-se um, ora outro. Tampouco, parece que havia um critério de distribuição de artigos entre os diferentes blocos de conteúdos matemáticos. Convém ressaltar que foram publicados na Revista cinco artigos sugerindo a inclusão de materiais didáticos e o desenvolvimento de atividades em laboratórios de Matemática e cinco outros cujo objetivo é a divulgação das vantagens do ensino dirigido em Matemática. Assim, é possível afirmar que as indicações apresentadas procuravam romper algumas práticas dominantes no ensino de Matemática da época.

Como aqui não é possível proceder a uma análise de todos os artigos da Revista que tratam da Matemática optamos pelos referentes a geometria, de forma a destacar as orientações didáticas que foram neles divulgadas. Escolhemos apresentar uma síntese desses textos pelas preocupações que os autores demonstravam com o ensino dessa área da Matemática e que, ainda hoje, estão muito presentes: o quê e como ensinar geometria, a dedução em geometria, a extensão dos conteúdos geométricos.

Cabe ressaltar que todos esses textos discutem basicamente a questão da geometria dedutiva, deixando um espaço reduzidíssimo – quando o fazem – para a denominada “geometria intuitiva,” que inclui, fundamentalmente, nomenclaturas e medidas (áreas e perímetros).

Escolhemos também três outros textos, não exclusivos de geometria: um que discute o laboratório de Matemática e outro que faz críticas aos programas e às avaliações desenvolvidos nas escolas. Essas escolhas justificam-se pela riqueza que trazem à nossa análise: neles, é possível identificar, claramente, não apenas a

apropriação da legislação pelos autores, mas notadamente as contradições – talvez inevitáveis – a respeito dos modelos pedagógicos que pretenderam divulgar.

Na análise desses textos, identificamos de que forma seus autores se apropriaram dos princípios que a Revista Secundária deveria difundir, tendo em vista que ela foi concebida como estratégia editorial do Ministério da Educação para uma intervenção nos processos de ensino e aprendizagem. Ou seja, procuramos responder à questão: as orientações didáticas e as inovações que se procurava implementar por meio dessas publicações, em especial as relativas à geometria, estavam plenamente de acordo com a legislação?

Para responder, é conveniente antes destacar alguns aspectos da Portaria de 1951, que estabelecia os programas mínimos da época. Segundo a Congregação do Colégio Pedro II<sup>4</sup>, a expedição de programas mínimos, conforme a referida portaria, iria traçar novos rumos ao ensino secundário: *“... é fácil verificar que essa nova orientação, obedecendo ao preceito constitucional e antecipando-se à lei de ‘Diretrizes e Bases’, virá causar uma revolução no ensino secundário. Os programas até então adotados não permitiam a menor flexibilidade que viesse atender às peculiaridades regionais de nosso imenso território”.*(Brasil, leis e decretos: ofício 305 de 21 de setembro de 1951).

Ao contrário da Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), que não possuía orientações didáticas em seus programas, a portaria de 1951 trouxe algumas recomendações metodológicas, embora não constituíssem novidades, uma vez que a maioria delas constava dos currículos da Reforma de Francisco Campos (1931). O texto referente às Instruções Pedagógicas indica, por exemplo, que o ensino, em especial nos primeiros anos do curso ginasial, deveria ter um caráter essencialmente prático e intuitivo: o método dedutivo em geometria deveria ser introduzido apenas ao final do ginásio “com o cuidado que exige” e na medida em que “o aluno for percebendo a necessidade da justificativa, da prova e da demonstração”.

Na análise que fizemos dos artigos que tratam, especificamente, de questões relativas às demonstrações em geometria constatamos que os autores procuram atender à legislação, destacando, por exemplo, a necessidade da “iniciação ao raciocínio

---

<sup>4</sup> O colégio Pedro II, situado na cidade do Rio de Janeiro, fundado em 1837, foi referência para o ensino secundário brasileiro, até a primeira metade do século passado, influenciando a elaboração da legislação e dos programas a serem seguidos em todo o país.

dedutivo” por meio dos teoremas da geometria plana. Notam-se, de fato, recomendações para que as demonstrações sejam desenvolvidas apenas nas 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> séries ginasiais, sob a justificativa de que esse assunto é difícil e árido.

O autor de um dos textos<sup>5</sup> alerta que, para o professor minimizar as dificuldades do processo de ensino e aprendizagem da geometria, apresentada fundamentalmente pela via dedutiva, ele deve inicialmente organizar uma lista de axiomas, incluindo teoremas de “demonstração intuitiva”, para depois “selecionar um conjunto de teoremas fundamentais e suas conseqüências principais de modo que constituam um ótimo material para o treinamento do aluno nas demonstrações” (Revista Escola Secundária, n.7, p. 65). Portanto, nesse artigo, leva-se em conta que a geometria dedutiva no ginásio deve ser encarada mais como uma iniciação aos métodos demonstrativos do que propriamente como desenvolvimento de uma teoria.

No entanto, quando este autor apresenta “um esquema” para exemplificar o desenvolvimento da geometria dedutiva na 3.<sup>a</sup> série ginasial, nota-se a proposição de uma extensa lista de teoremas para serem demonstrados, destacando que alguns deles devem ser demonstráveis pela “noção de movimento” – talvez um esforço para minimizar a complexidade da tarefa e a dimensão da lista. Ora, a extensão dos conteúdos, segundo esse autor, seria justamente um dos principais problemas do processo de ensino e aprendizagem da Matemática.

De certa forma, esta proposição contraria normas estabelecidas pela Portaria de 1951, pois, segundo este último documento, os teoremas devem ser desenvolvidos de forma paulatina “à medida do interesse do aluno”. Além disso, esta portaria destaca “a importância da participação ativa do aluno no processo de ensino-aprendizagem” e “a necessidade de despertar sua atenção e interesse”. Sugere, também, que se tenha “sempre presente que o ensino não depende da disciplina em si, mas principalmente, do aluno ao qual se ensina” e que “o que importa não é ensinar muito, mas ensinar bem”. Pela primeira vez no Brasil, em documentos oficiais, declara-se que as ações em sala de aula deveriam levar em conta que a “Matemática não é lógica pura” e que deveriam ter como foco o aluno.

Outro artigo<sup>6</sup>, que destaca a importância da demonstração na formação do adolescente, considera que a não-proposição de provas formais nas escolas pode

---

<sup>5</sup> Professor Antonio Domingues.

<sup>6</sup> Eleonora Lôbo Ribeiro

impedir que se atinjam os objetivos mediatos do ensino de Matemática: reflexão, raciocínio, conclusão, dedução, indução, ordem, etc. O artigo também destaca que “a demonstração feita com a participação ativa da classe, educa não só o pensamento, obrigando o aluno a ficar atento para não quebrar a seqüência lógica quando chamado a participar” (Revista Escola Secundária, n. 3, p. 72). No entanto, não discute possíveis maneiras de realizar esse trabalho. A autora faz também menção à extensão dos programas de Matemática, notadamente da geometria, no sentido de que o tempo disponível é insuficiente para o cumprimento de todo o programa.

Em outro artigo<sup>7</sup> da Revista, considera-se cinco pontos fundamentais para o ensino de geometria: linguagem acessível e direta aos jovens; apresentação de propriedades “geométricas iniciais” mediante raciocínios diretos e provas empíricas; domínio da matéria pela solução de problemas bastante simples e que dispensem a chamada “intuição matemática”; preparação para a prova geométrica “através do treino de cálculos em forma esquemática”; construção de um sistema lógico de proposições, somente após a “exposição empírica e ilustrativa dessa primeira parte da geometria”.

A leitura dos artigos referentes à Geometria permite dizer que os autores procuram atender aos princípios que regiam os “Programas Mínimos”, como o fato de considerarem o aluno como centro do processo de ensino e não levarem em conta apenas a forma como a Matemática se organiza.

Cabe ainda destacar o artigo “Ainda a Geometria Euclidiana para os atuais ginásianos?” escrito pelo professor Osvaldo Sangiorgi que defende a inclusão de Geometria não Euclidiana para os alunos da escola secundária. O autor utiliza como argumento que o conhecimento da Geometria Lobatchewskiana, por exemplo, propiciaria aos estudantes novos modos de pensar, possibilitando visões diferentes sobre objetos e importantes proposições geométricas. Para defender essa inovação curricular, o professor Sangiorgi faz referências tanto a prestigiados matemáticos (Bertrand Russel, Gauss, Riemann, Poincaré, entre outros), quanto a reconhecidos pesquisadores das áreas de Psicologia e Educação (Piaget e Gattegno).

Alguns dos autores dos textos sobre geometria também consideram, ainda que indiretamente, a extensão dos conteúdos e alertam que alguns tópicos que compõem a lista dos mínimos, são imprescindíveis. Outros chegam até a admitir que essa lista é de

---

<sup>7</sup> Autor: Thales Mello Carvalho.

fato muito extensa. Tal fato pode ser corroborado pela análise que um grupo de professores fez a respeito dos assuntos constantes nos exames parciais de Matemática, em 1958, de vários estabelecimentos de ensino de curso secundário.

Em relação aos programas desenvolvidos por esses estabelecimentos, os autores relatam que a maioria não cumpriu o programa mínimo, destacando que algumas sequer atingiram 1/5 do mesmo. O texto a seguir mostra a preocupação dos professores-inspetores: *“observa-se a não execução dos programas mínimos no que têm de essencial; no estudo de matemática não é possível sacrificar-se determinados assuntos sem prejuízos incalculáveis para os alunos!”* (Revista Secundária, v. 10, p. 83). Esses professores fazem recomendações para superar essas dificuldades, sugerindo, por exemplo: o aumento do número de aulas de Matemática; a organização pelos professores, no início do ano, de um plano de curso exequível, de modo a contemplar o essencial de cada série. No entanto, não fazem nenhuma crítica ao documento que divulga os mínimos e parece que assumem inteiramente o discurso oficial – talvez por desempenharem, temporariamente, a função de inspetor, uma posição de controle, portanto.

Quanto ao como ensinar geometria, alguns dos textos procuram avançar em relação às indicações pedagógicas dos programas mínimos (Portaria de 1951), sugerindo aos professores metodologias diferenciadas para a aprendizagem dos alunos. Todavia, é possível identificar contradições em seus discursos.

A esse respeito, podemos citar o artigo “O Método do Laboratório em Matemática” de Malba Tahan<sup>8</sup>. Neste artigo são indicados e descritos os materiais que deveriam compor o laboratório. Além disso, são sugeridas algumas atividades como: fundação de um clube de matemática, publicação de um boletim mensal, conferências, etc. O professor Tahan também evidencia em seu texto falas de algumas personalidades que defendem o uso de materiais concretos no ensino de Matemática, como a de Rui Barbosa a respeito da importância da “Taquimetria de Lagout” – o único método que permite ensinar geometria e demonstrar os teoremas “às inteligências mais rudimentares” (p.78). Do mesmo modo, apresenta a defesa de Euclides Roxo, emérito educador matemático brasileiro, a respeito “das excelências” do Laboratório por

---

<sup>8</sup> Malba Tahan era o pseudônimo utilizado pelo professor Júlio César de Mello e Sousa que foi catedrático do Colégio Pedro II, renomado autor de livros didáticos, na primeira metade do século passado. Assinando como Malba Tahan, ficou conhecido, sobretudo pelo seu livro O homem que calculava, que foi traduzido em várias línguas.

permitir a “self-discovery”, que seria uma possível maneira de auxiliar o estudante “a galgar a íngreme rampa da abstração matemática” (p.79).

Tahan também enumera vantagens do Laboratório para ensinar Matemática tais como: levar os alunos a fazerem descobertas; levar à aprendizagem os alunos menos dotados; motivar alunos e professores. Todavia, o autor apresenta as desvantagens do método: levar o aluno a aceitar, como rigorosas, certas demonstrações experimentais e grosseiras; levar o aluno a fugir das abstrações e procurar recursos materiais para as demonstrações matemáticas; ser muito dispendioso; exigir muito tempo e em decorrência poder-se-ia não cumprir o programa; exigir muito preparo do professor; não poder aplicar a todos os pontos do programa.

Se uma das funções da Revista era justamente a de difusão de novas metodologias, indicar de forma tão enfática as desvantagens de um método, em especial aquelas que eram reconhecidamente preocupações dos professores, não significava negar as inovações que se desejava sugerir e experimentar?

Essa preocupação em propor mudanças no ensino secundário de Matemática pode ser constatada desde o primeiro número da Revista com o artigo da professora Eleonora Lôbo Ribeiro que considera que esse ensino não vinha atendendo às finalidades porque ainda não havia sido estabelecida uma “correspondência biunívoca” entre ensino e aprendizagem. (Revista Escola Secundária, v. 1, p.50) Segundo a autora não havia clareza para o professor das finalidades e dos objetivos da Matemática no currículo, bem como dos métodos que favorecessem a aprendizagem.

### **Considerações Finais**

Em relação à Matemática, pode-se inferir que a *apropriação*, pelos autores, das prescrições veiculadas pela legislação vigente, sobre o processo de ensino e aprendizagem de geometria, em especial as que se referem às demonstrações, está fortemente vinculada aos princípios que nortearam as práticas docentes dos professores de Matemática. Sabemos que tais práticas estão profundamente marcadas pela maneira com que os matemáticos produzem e validam conhecimentos dessa área do saber: rigor e demonstrações.

Em síntese, esses autores concordavam com os programas prescritos de que a geometria dedutiva deveria ser desenvolvida nas aulas, respeitando o ritmo, as necessidades e interesses dos alunos, desde que as práticas dos professores não se

distanciasses muito da máxima: as demonstrações devem ser rigorosas, tendo em vista que a prova é crucial na cultura matemática.

Nesses artigos da Revista pode-se identificar uma tensão entre a adoção de um discurso tido como inovador, experimental e progressista e a manutenção de práticas docentes que foram construídas pela tradição seletiva, ainda que consideradas ineficientes.

É possível observar que a apropriação do discurso inovador para o processo de ensino e aprendizagem da Matemática, cujo foco está essencialmente no aluno, pressupõe o amálgama desse com as práticas docentes alicerçadas na forma como são apresentados os conhecimentos produzidos pelos matemáticos – foco na ciência.

### Referências

- Baraldi, I. M., 2003, *Retraços da Educação Matemática na Região de Bauru (SP): uma história em construção*, Rio Claro, SP, Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP.
- Bicudo, J. de C., 1942, *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação: 1931 a 1941*. São Paulo, [s.n.].
- ———. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Manuais de Legislação Brasileira.
- Carvalho, M.M.C., 2006, “Livros e revistas para professores: Configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos”, in Pintassilgo, J.; Freitas, M.J.; Magarro, M.J. e Carvalho, M.M.C. (Eds), *História da escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 141 – 173.
- Certeau, M. D., 1994, *A invenção do cotidiano*, Petrópolis, Vozes.
- Chartier, R., 1991, “O mundo como representação”, in *Estudos avançados* 11(5), IEA USP, São Paulo, pp. 173 - 191.
- Fernandes, A. L. C. et al, 2006, “Aspectos da imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro (1921 – 1963)”, *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, p 44-54.
- PROGRAMAS para o ensino secundário e suas instruções metodológicas. Portaria n. 1.045, de 14 de dezembro de 1951. São Paulo, Ed. do Brasil, 1951.
- Revista Escola Secundária, vol. 1 a 19, Brasil, CADES.